

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Karla Morais Diniz

Estudante do curso de graduação de Bacharelado em Engenharia de Alimentos do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pombal/PB. E-mail:

karla_diniz17@hotmail.com

Alex Júnior Rodrigues Arruda

Estudante do curso de graduação de Bacharelado em Engenharia Ambiental do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pombal/PB. E-mail:

alex_rodrigues11@hotmail.com

Aline Coura Tomaz

Estudante do curso de graduação de Bacharelado em Engenharia de Alimentos do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pombal/PB. E-mail:

linecoura@hotmail.com

Amanda Fernandes Dantas

Estudante do curso de graduação de Bacharelado em Engenharia de Alimentos do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pombal/PB. E-mail:

amanda-eng@hotmail.com

Ricélia Maria Marinho Sales

Professora do curso de Graduação de Bacharelado em Engenharia Ambiental do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pombal/PB. E-mail:

riceliamms@gmail.com

RESUMO: As crianças com deficiência visual estão inseridas num contexto escolar que não proporciona uma integração adequada. Neste sentido, este trabalho tratará da Educação Ambiental como ferramenta que facilita a inserção da criança com a deficiência visual no ambiente escolar, relatando uma experiência vivenciada na escola municipal de Ensino Fundamental Vida Nova, Pombal-PB. O presente artigo tem como objetivo sensibilizar a comunidade acadêmica acerca da necessidade de promover a integração de crianças com deficiência visual em uma escola com práticas de Educação Ambiental eficiente. A metodologia consistiu na aplicação de dinâmica em grupo, no qual se vendou os olhos das crianças para acompanhar as sensações sentidas pela ausência da visão sobre os elementos da natureza que podem ser tratados no ambiente escolar. Como resultado constatou-se que os participantes interagiram de modo a sentir e gerar um senso crítico quanto à necessidade de melhorar o meio ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Deficiência visual; Integração.

1. INTRODUÇÃO

O tema da Educação Ambiental ainda é tratado de forma muito tímida nas escolas brasileiras, pois diversos profissionais não tem a capacitação adequada para aplicação de metodologias adequadas. Com relação à integração de crianças com deficiência visual no ambiente escolar, o tratamento dispensado pelo Estado é muito aquém do que está previsto na legislação vigente, fato este que dificulta sobremaneira a inserção de alunos com deficiência em um contexto educacional propício ao desenvolvimento cognitivo.

No Brasil começou-se a trabalhar de forma mais efetiva a educação de pessoas com necessidades especiais, a partir da década de 1990, quando da promulgação da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse contexto, “o artigo 58, apresenta a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida a educandos com necessidades especiais, e preconiza o seu oferecimento, em preferência, na rede regular de ensino” (REGIANI; MOL, 2013, p. 124).

A disciplina de Educação Ambiental, prevista na Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que no seu artigo 1º é tratado o conceito, compreendido como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Já, o artigo 2º da Lei supracitada, atesta que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Por sua vez, o artigo 3º preconiza que, como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do ambiente.

Com isso, percebe-se o quanto é importante tratar da Educação Ambiental como ferramenta que desperta nos alunos uma percepção mais aguçada sobre o meio ambiente onde estudam, bem como, perceber as dificuldades que as crianças com deficiência visual encontram no atual contexto escolar.

Nesse sentido, o presente trabalho problematiza se a abordagem da educação ambiental a partir das atividades lúdicas contribuiu com a percepção das crianças acerca do meio ambiente escolar e também se despertou um senso crítico sobre as limitações dos

sentidos humanos e as possibilidades de adequação de outros sentidos para obter a compreensão do mundo em sua volta. Assim verificou-se ainda até que ponto a utilização de estratégias de Educação Ambiental através do desenvolvimento de atividade lúdica que consistiu na vedação dos olhos das crianças na faixa etária de sete (7) anos de idade pode ser um elemento contributivo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação ambiental no âmbito escolar ainda vem sendo um problema enfrentado pelas instituições de ensino no Brasil, tendo em vista sua real importância para com a formação das crianças e jovens que se preocupam com o meio ambiente, incluindo a integração de deficientes na comunidade acadêmica. De acordo com o Art. 1º da Lei nº 9.795 de abril de 1999.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Art. 1º da Lei nº 9.795 de abril de 1999).

Para se adquirir uma educação ambiental com uma sadia qualidade de vida bem como garantir a sustentabilidade, é necessário, sobretudo, construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para o meio ambiente.

Percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (FERNANDES, 2003 – p. 1).

Os principais fundamentos que orientaram as atividades lúdicas nas escolas se deram através do entendimento verdadeiro entre a natureza e as inter-relações existentes entre os seus diversos elementos, sendo necessário o desenvolvimento da capacidade perceptiva, que lhes permitiram enxergar além do que os olhos veem.

A união da Educação Ambiental e da Educação Infantil é primordial para criar uma nova geração que conheça e compreenda a natureza, tratando-a com respeito e admiração, reconhecendo-se parte integrante dela (SCARDUA, 2009, p. 7).

A educação ambiental pode ser usada como uma ferramenta de gestão para mitigar os problemas ambientais existentes em escalas diferenciadas, ou seja, na dimensão da própria unidade escolar, na vizinhança da escola, no bairro, na cidade, no município, no estado, na região geográfica, no país e no mundo (PHILLIPPI JR, 2014; RODRIGUEZ; SILVA, 2009;

CARVALHO, 2006). Isto dá um poder de compreensão de processos e suas interligações, convidando a escola a abordar com mais propriedade e de modo crítico a temática sociedade-natureza e suas relações com as diversas disciplinas que compõem a estrutura curricular construída para cada série. Este é no mínimo a contribuição de construir mais que um simples estudante que absorve conhecimentos, mas sim, trata-se de contribuir com a formação de um cidadão, que vai nos ajudar numa proposta diferenciada de uma nova sociedade.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram estruturados a partir da realização de algumas atividades, tais quais:

a) Levantamento bibliográfico: as referências utilizadas, bem como, as leituras complementares foram fruto de pesquisa em biblioteca setorial do Campus da Universidade Federal de Campina Grande – Pombal. E, também de acervo particular de docente universitário e da rede mundial de informações – *Internet*, dando preferência para artigos publicados em revistas científicas de livre acesso.

b) Interação com a comunidade escolar: o procedimento adotado pautou-se na escolha aleatória por uma turma do ensino fundamental das séries iniciais. Depois houve a realização de processos de observação não participante e, sequencialmente, de realização de atividades buscando a interação entre docentes da escola pública, discentes desta turma e discentes universitários do curso de Engenharia Ambiental e Engenharia de Alimentos vinculados à disciplina obrigatória Princípios e Estratégias da Educação Ambiental.

A definição e planejamento visando a execução da atividade foi previamente compartilhado com a docente da disciplina da grade curricular do curso de Engenharia Ambiental e Engenharia de Alimentos, cujo objetivo foi colocar em prática os aspectos teóricos delineados pelas estratégias da Educação Ambiental. Desta maneira buscando o entendimento da inclusão de crianças com deficiência visual e, suas dificuldades no âmbito escolar, a prática foi realizada em quatro etapas:

Etapa 1: Houve o processo de observação não participante o qual verificou-se o processo de interação de aproximadamente 20 crianças e 01 docente do 2º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Vida Nova. Dentre as 20 crianças não havia deficiente visual, mas apenas um deficiente mental. Esta etapa teve uma duração de aproximadamente 12 horas semanais.

Etapa 2: Houve o momento de interação e assim as dinâmicas foram aplicadas. No interior da sala de aula houve a formação de uma fila e as crianças foram vendadas. O objetivo foi fazer uma caminhada e solicitar que elas ficassem atentadas para os sons, os cheiros e as sensações de mudanças de temperaturas (frio/quente). Assim, a caminhada ocorreu pelo pátio, pela cozinha, pelo banheiro, pelo jardim e no entorno da escola.

Etapa 3: Houve o retorno para a sala e os discentes expressaram oralmente as sensações relacionando com a necessidade de melhorar a qualidade ambiental dos ambientes percorridos.

A docente da escola foi auxiliada pelos universitários do curso de Engenharia de Alimentos e Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Pombal assegurando que o processo foi desenvolvido a contento e que os alunos que estavam vendados fossem conduzidos evitando qualquer tipo de acidente. E, tentando despertar em cada criança, a necessidade de preservar o meio ambiente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do desenvolvimento da dinâmica com os alunos sobre as sensações que obtiveram durante a caminhada pelo ambiente escolar houveram algumas expressões que foram expostas de modo coletivo e também individual. Assim, destacou-se as falas de aproximadamente 4 crianças de faixa etária de 7 anos e identificadas no texto através das letras A, B, C e D.

Coletivamente foram questionados se havia muito barulho na escola, mau cheiro em alguns ambientes, objetos fora do lugar, se o local era adequado para receber deficientes visuais e, conseqüentemente o que poderia ser feito para a melhoria do ambiente escolar para a inclusão de crianças com a deficiência visual no mesmo.

E individualmente houve as seguintes colocações:

Criança A: "O barulho na escola estava muito alto", pois havia um grupo de alunos ensaiando com alguns instrumentos musicais, para o desfile de 7 de setembro que aconteceria daqui há alguns dias.

Criança B: "senti um forte mau cheiro enquanto caminhava", que poderia ser do lixo ou o banheiro que não estava em boas condições de uso.

Criança C: "quando caminhava de olhos vendados, tropecei em pedras e bati em alguns objetos espalhados pela escola e que em alguns lugares teria dificuldade de caminhar sem a visão".

Criança D: foi mais além, respondendo que, "Esse ambiente escolar não é adequado para receber alunos com deficiência visual", pois havia tropeçado em pedras e objetos quando caminhava que o barulho alto da banda e o mau cheiro que sentia atrapalhavam na percepção da criança especial e, que havia escadas que iria dificultar na entrada, saída e locomoção das mesmas dentro da escola, que era necessário rampas, corrimões e outros meios de ajuda para as crianças com deficiência visual".

No entanto, foram relatados os mesmos problemas por todas as crianças que participaram da experiência, que a escola era barulhenta e que não deveria ser assim, que o ambiente estava sujo, mau cheiro no banheiro, que havia objetos fora do lugar, espalhadas por todo o ambiente da escola. E, sentiram uma maior dificuldade ao caminhar de olhos vendados na escola, dessa forma a mesma não oferecia uma estrutura adequada para eles e que dessa maneira não tinha condições da escola incluir crianças com deficiência visual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência vivida as crianças expressaram a partir da oralidade suas percepções e com isso foi possível concluir que houve um despertar individual e coletivo para os princípios da Educação Ambiental, bem como para o meio ambiente, destacando sobremaneira o ambiente escolar.

No tocante às dificuldades em que uma pessoa com deficiência visual pode enfrentar em ambiente mal estruturado e como essas crianças adaptaram os outros sentidos para poder contornar a situação de dificuldade, demonstrando sua opinião acerca do ambiente em que se encontrava usando somente os outros sentidos (tato, audição, olfato). Com essas atividades pôde ser notado o quanto é importante à proximidade dos alunos com atividades extracurriculares a fim que eles tenham uma noção do ambiente fora da sala de aula para melhorar o aprendizado e o convívio entre eles.

A dinâmica possibilitou o retrato da prática da Educação Ambiental exercida na escola municipal de Pombal-PB, relacionado à inclusão de deficientes visuais. Notou-se uma mudança significativa no pensamento dos alunos quanto ao entendimento de uma criança com deficiência visual num ambiente mal estruturado.

Sugere-se então que aos profissionais da educação que trabalham na escola busquem inserir a disciplina de Educação Ambiental e, que adotem esta forma de metodologia de trabalho, a fim de promover às crianças com deficiência visual que tenham acessibilidade universal. Se colocando no lugar do outro e vivendo da percepção de um mundo pouco explorado pelos sentidos que se têm, se entende o que vem a ser inclusão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, R. S. et al. *Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental*. Vitória, 2003. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

PHILLIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. (Ed.). *Educação ambiental e sustentabilidade*. 2ª ed. Barueri – SP: Manole, 2014.

REGIANI, A. M.; MÓL, G. S. *Inclusão de uma aluna cega em um curso de Licenciatura em Química*. Ciência & Educação, Bauru, v. 1, n. 19, p.123-134, 2013. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

RODRIGUEZ, J. M. M. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios*. Fortaleza – CE: Edições UFC, 2009.

SCARDUA, V. M. *Crianças e meio ambiente: a importância da Educação Ambiental na Educação Infantil*. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

ANEXOS



Fonte : Prática realizada na escola Vida Nova no município de Pombal PB, sobre a inclusão de crianças com deficiência visual.



Fonte : Prática realizada na escola Vida Nova no município de Pombal PB,
sobre a inclusão de crianças com deficiência visual.

:



Fonte : Prática realizada na escola Vida Nova no município de Pombal PB,
sobre a inclusão de crianças com deficiência visual.



Fonte : Prática realizada na escola Vida Nova no município de Pombal PB,
sobre a inclusão de crianças com deficiência visual.

